



PKF
Affiance Brazil

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 ACOMPANHADAS DO
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS3

Balanço Patrimonial.....4

Demonstrações do Resultado5

Demonstrações dos Resultados Abrangentes6

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido7

Demonstrações dos Fluxos de Caixa8

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis9



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.

Teresina, 10 de abril de 2026.

CE-259-2025.1

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA
Teresina - PI

Atenção dos Diretores e Acionistas

Prezados,

Temos a satisfação de compartilhar com V.Sas. o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA** (CNPJ nº 04.934.243/0001-58) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Este relatório final é o resultado de uma minuciosa auditoria, com o objetivo de oferecer uma visão completa e embasada sobre a situação financeira e patrimonial da empresa.

Durante os procedimentos de auditoria, enfrentamos desafios significativos que demandaram uma abordagem criteriosa e detalhista. Superar esses desafios reforça nosso compromisso em fornecer informações apropriadas e relevantes.

Acreditamos que nosso relatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis a seguir, fornecerá informações valiosas para a compreensão da performance da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA** e contribuirá para direcionar futuras estratégias.

A confiança depositada em nosso trabalho é de extrema importância e nos motiva a continuar aprimorando nossos processos e serviços. Portanto, estamos à disposição para esclarecer para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário e comentários da administração.

Atenciosamente,



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC Nº 2SP025652/O-0

Assinado por:

8A78B9774073482...
Cleverson Lacerda Silva
Sócio
CTCRC Nº 1SP289079/O-0

Assinado por:

136C32FFD3AE40D...
Fred Heury de Almeida Rocha
Responsável Técnico
CRC Nº PI-011270/O-7

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF Global, rede de firmas-membro da PKF International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente, e não assume nenhuma responsabilidade pelas ações ou omissões de qualquer membro individual ou firma(s) correspondente(s).



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

CE-259-2025-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA** (Companhia) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada a fase pré-operacional

Chamamos atenção da nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis onde descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional até o exercício findo em 31 de dezembro de 2026. A administração da Companhia entende que não há indícios que possam gerar dúvidas significativas quanto a futura implantação das atividades operacionais e geração de receitas. Entretanto, o início das operações dependerá de eventos futuros, dentre os quais a construção de gasoduto, que demandará novos investimentos e construção, bem como, a implantação de uma Unidade Termelétrica a Gás Natural com o objetivo de entrega de energia, originalmente previsto para o segundo semestre de 2024 e alterado para 2026. A administração entende que até a conclusão da fase de implantação e início da geração de receita, aportes adicionais de recursos por parte dos acionistas controladores serão necessários para que a empresa mantenha sua capacidade de caixa. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da futura implantação e continuidade operacional. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante quanto ao início de suas atividades. Dessa forma, essas demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 10 de abril de 2026.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

Assinado por:

8A78B9774073482...
Cleverson Lacerda Silva
Sócio
CTCRC N° 1SP289079/O-0

Assinado por:

136C32FFD3AE40D...
Fred Heury de Almeida Rocha
Responsável Técnico
CRC N° PI-011270/O-7

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF Global, rede de firmas-membro da PKF International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente, e não assume nenhuma responsabilidade pelas ações ou omissões de qualquer membro individual ou firma(s) correspondente(s).

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Balanço Patrimonial apresentado em Reais

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	568.559	457.778	Fornecedores	10	9.000	5.669
Créditos com Terceiros	5	5.357	5.357	Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	11	24.745	1.365
Ativo Fiscal Corrente	6.a	6.745	4.495	Partes Relacionadas	12	633.434	290.330
Despesas Antecipadas		8.969	560	Total do Passivo Circulante		667.179	297.364
Total do Ativo Circulante		589.630	468.190				
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido			
Investimentos	7	-	15.075	Capital Social	14.a	14.000.000	14.000.000
Ativo Fiscal não Corrente	6.b	-	5.195	Adiantamento para aumento de Capital	14.b	2.715.614	2.015.614
Imobilizado	8	5.199	8.764	Prejuízos acumulados		(16.777.855)	(15.807.163)
Intangível	9	10.109	8.591	Total do Patrimônio Líquido		(62.241)	208.451
Total do Ativo Não Circulante		15.308	37.625				
Total do Ativo		604.938	505.815	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		604.938	505.815

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Resultado apresentado em Reais

	Nota	2025	2024
Despesas			
Gerais e Administrativas	15	(940.593)	(1.129.296)
Redução ao valor recuperável em Investimentos em coligada	7.a	(51.255)	(90.043)
Outras despesas		(885)	-
Resultado Operacional		(992.733)	(1.219.339)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	16	34.341	16.133
Despesas Financeiras	16	(12.300)	(8.039)
		22.041	8.094
Prejuízo Líquido do Exercício		(970.692)	(1.211.245)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Resultado Abrangente apresentado em Reais

	Nota	2025	2024
Prejuízo Líquido do Exercício		(970.692)	(1.211.245)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente		(970.692)	(1.211.245)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISADemonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em Reais**

	Nota	Capital Social Subscrito	Capital Social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)		12.252.674	(2.250.000)	4.575.500	(14.595.918)	(17.744)
Subscrição de Capital		7.747.326	(7.747.326)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.b	-	-	1.437.440	-	1.437.440
Integralização de Capital	14.b	-	3.997.326	(3.997.326)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.211.245)	(1.211.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		20.000.000	(6.000.000)	2.015.614	(15.807.163)	208.451
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.b	-	-	700.000	-	700.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(970.692)	(970.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		20.000.000	(6.000.000)	2.715.614	(16.777.855)	(62.241)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**Fluxo de caixa apresentado em Reais**

	Nota	2025	2024
Atividade Operacional			
Prejuízo Líquido do Exercício		(970.692)	(1.211.245)
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação e Amortização	8 e 9	3.565	4.773
Perda por redução ao valor recuperável em Investimentos		51.255	90.043
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(8.368)
Prejuízo Ajustado		(915.872)	(1.124.797)
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo			
Créditos com Terceiros		-	2.253
Ativo Fiscal Corrente		2.944	(2.340)
Despesas Antecipadas		(8.409)	516
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo			
Fornecedores		3.332	3.999
Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais		23.380	(38.802)
Outras Contas a Pagar		343.104	20.408
Caixa Consumido pela Atividade Operacional		(551.521)	(1.138.763)
Atividades de Investimento			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Coligadas		-	(55.536)
Integralização de Capital em Controlada		(36.180)	-
Adições do Ativo Imobilizado	8.c	-	(2.700)
Adições do Ativo Intangível	9.c	(1.518)	(1.412)
Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(37.698)	(59.648)
Atividades de Financiamento			
Recebimento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14.b	700.000	1.437.440
Caixa Gerado pela Atividade de Financiamento		700.000	1.437.440
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		110.781	239.029
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	457.778	218.749
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	568.559	457.778
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		110.781	239.029

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPIISA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Findo em dezembro de 2025 e 2024

Notas apresentadas em Reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Companhia de Gás do Piauí – GASPIISA (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 28 de fevereiro de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Piauí, no prazo de 30 anos (até o dia 24 de maio de 2031), podendo ser prorrogado por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Piauí, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Poderá também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros e, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

Em 21 de dezembro de 2005, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), promulgou a Licença Prévia (no 220/2005) para instalação do gasoduto Meio Norte, com extensão de 948 quilômetros, que ligará os estados do Maranhão e Ceará, passando pelo estado do Piauí.

Em 23 de novembro de 2006, o Gasoduto Meio Norte recebeu a Licença de Instalação LI, tornando-se o segundo maior gasoduto já licenciado no país. A Autorização de Construção do Gasoduto Meio Norte foi expedida pela ANP, em 26 de dezembro de 2006, sob o no 360.

Continuidade Operacional

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Para o início das operações, a distribuição de gás natural comprimido e/ou liquefeito deverá ocorrer via caminhões. Para que tenha operacionalização plena, faz-se necessário a distribuição de gás canalizado, a qual depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto Pecém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí ou tendo como origem as descobertas na Bacia do Parnaíba - MA ou ainda a partir de descobertas de gás natural na porção piauiense da mesma bacia. Administração continua monitorando suas operações e não identificou nenhuns eventos com indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a Companhia não conseguir iniciar sua total operação. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtida através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e dependerá de novos aportes de acionistas para continuar em fase pré-operacional no ano de 2026. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pressuposto normal de continuidade operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

A Administração da Empresa aprovou a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em 30 de janeiro de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outra forma indicado.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- Nota 8 – Depreciação;
- Nota 9 – Amortização.

3. Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis são:

a) Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Empresa e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Empresa.

Ativos Financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração Subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Empresa pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos Financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores e Outras obrigações.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “Impairment”

A Administração da Companhia avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Foram identificados indícios de Impairment de investimentos em coligadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e registrados pela Companhia.

d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Companhia tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

f) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

g) Novas normas contábeis

No exercício corrente, a Empresa e investidas aplicaram as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da Alteração
Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Norma	Descrição da Alteração
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Empresa e investidas não adotaram as novas normas do IFRS já revisadas e emitidas, sendo que essas normas ainda não foram adotadas e aplicadas pelo CPC:

Norma	Descrição da Alteração	Data de Vigência
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7) são: i) Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica; ii) Classificação de ativos financeiros: a) Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo; b) Ativos financeiros com características 'non-recourse'; e c) Instrumentos contratualmente vinculado; iii) Divulgações: a) Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e b) Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais.	Após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	Após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada.
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	- IFRS 9 são afetados pelas alterações: i) Os requisitos de uso próprio ("own-use") no IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar o IFRS 9:2.4 a contratos de compra e recebimento de energia renovável cuja fonte de produção depende de condições naturais. ii) Os requisitos de contabilidade de hedge no IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas.	Após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada.

	- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação.	
IFRS 19	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível (definida como subsidiária que não possui responsabilidade pública e que sua controladora final ou qualquer controladora intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS) a prover divulgações reduzidas quando aplicar as IFRS Accounting Standards em suas demonstrações financeiras.	Após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

Norma	Descrição da Alteração	Data de Vigência
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das Empresas. A IFRS 18 também exige que as Empresas divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das demonstrações financeiras.	Após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração espera que podem ocorrer impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 e demais. A Empresa e investidas estão analisando os possíveis impactos referentes a esse pronunciamento em suas demonstrações financeiras. A Empresa e investidas aguardarão a orientação do CPC para aplicação desse pronunciamento.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil S.A.	568.559	457.778
	568.559	457.778

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas que variam entre 86,5% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificados pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Créditos com Terceiros

	2025	2024
THE Imobiliária Ltda	5.357	5.357
	5.357	5.357

O saldo de créditos com terceiros refere-se, principalmente, a valores depositados como caução em garantia do aluguel de salas comerciais. A devolução desses valores está prevista para ocorrer até o final do exercício de 2026, considerando a futura desocupação dos imóveis. A restituição das cauções deverá ocorrer apenas quando não tiver mais interesse na locação do imóvel.

6. Impostos, Taxas e Contribuições

a. Ativo Fiscal Corrente

	2025	2024
IRRF sobre Aplicações Financeiras	6.607	3.065
PIS a Recuperar	138	352
COFINS a Recuperar	-	1.045
INSS a Recuperar	-	33
	6.745	4.495

O crédito relativo ao imposto de renda é oriundo de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras. O saldo composto por valores de créditos do PIS e COFINS, apurados pelo rendimento de aplicação financeira, são compensados pelos créditos admitidos pela legislação.

b. Ativo Fiscal não Corrente

	2025	2024
Compensações / Restituições Fiscais em Andamento	-	5.195
	-	5.195

O montante demonstrado na conta refere-se ao IRRF sobre aplicações financeiras referente aos anos de 2019 a 2024.

Foram baixados no exercício de 2025 o montante de R\$ 884, em decorrência do indeferimento dos respectivos pedidos de restituição via PER/DCOMP, motivado pelo não atendimento aos requisitos declaratórios exigidos pela Receita Federal do Brasil. Diante da impossibilidade de recuperação desses valores, procedeu-se à baixa do ativo.

Em 2025, foi solicitada restituição de R\$ 3.065 referente a IRRF sobre aplicações financeiras do exercício de 2024. A Receita Federal do Brasil efetuou a restituição dos valores referentes aos exercícios de 2022, 2023 e 2024 no montante de R\$ 7.376 durante 2025.

Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.195
IRRF sobre aplicações financeiras 2024	3.065
Indeferimento - Baixa	(884)
Restituição	(7.376)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

7. Investimentos

	2025	2024
TMN Transportadora S.A.	762.962	711.707
(-) Perda por Valor Recuperável do Ativo	(762.962)	(711.707)
	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	15.075
	-	15.075

A coligada TMN Transportadora S.A. tem como principal objeto a engenharia, construção, instalação, exploração comercial, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas partindo do “City-Gate” da Petrobras, localizado no Município de Pecém (CE), passando pelos Estados do Piauí e Maranhão.

Em 16/01/2024 foi registrado a 35ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária na Junta Comercial do Piauí sob nº 20230860150. Atualmente a TMN Transportadora S/A possui um capital subscrito no valor de R\$ 711.707. Houve aporte de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de 15.075 em 2024.

No exercício de 2025, em decorrência da deliberação da 37ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), houve a integralização de valores anteriormente registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 36.180.

Atualmente, o empreendimento encontra-se paralisado, sendo suas atividades mantidas exclusivamente por meio de aportes financeiros de seus acionistas. O início das operações depende da formalização de contratos de compra e venda de gás entre fornecedores e distribuidoras dos estados do Maranhão e Piauí, bem como da captação de recursos junto a instituições financeiras para viabilização do projeto. Diante desse cenário, a Companhia realizou, em 2025, avaliação de recuperabilidade do investimento, conforme os critérios estabelecidos no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a qual indicou redução significativa na capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. Em decorrência, foi reconhecida perda por não recuperabilidade (impairment), com o correspondente ajuste contábil deste modo a Companhia procedeu ao reconhecimento da baixa integral do valor investido.

	2025	2024
Número de ações:		
Preferenciais	762.962	711.707
Integralizadas	762.962	711.707
Capital social - R\$	12.647.916	11.797.916
Patrimônio Líquido - R\$	762.962	711.707
Percentual de participação no capital subscrito %	6,03%	6,03%

a. Movimentação do Investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2023	49.582
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.075
Integralização de Capital	40.461
Redução ao Valor Recuperável no Investimentos em Coligadas	(90.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.075
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	36.180
Redução ao Valor Recuperável no Investimentos em Coligadas	(51.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

8. Imobilizado

a. Composição Contábil

	Custo	Depreciação	2025 Líquido	2024 Líquido
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	44.772	(42.182)	2.590	5.294
Computadores e Periféricos	16.110	(13.501)	2.609	3.470
	60.882	(55.683)	5.199	8.764

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos para aferidos para que o ativo entre em operação. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	10%	10
Computadores e Periféricos	20%	5
Equipamentos de Telefonia	10%	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Imobilizado

	2023	Adições	Baixas	2024	Adições	2025
Custo						
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	44.772	-	-	44.772	-	44.772
Computadores e Periféricos	13.410	2.700	-	16.110	-	16.110
	58.182	2.700	-	60.882	-	60.882
(-) Depreciação						
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(36.518)	-	(2.960)	(39.478)	(2.704)	(42.182)
Computadores e Periféricos	(11.568)	-	(1.072)	(12.640)	(861)	(13.501)
	(48.086)	-	(4.032)	(52.118)	(3.565)	(55.683)
Imobilizado, líquido	10.096	2.700	(4.032)	8.764	(3.565)	5.199

9. Intangível

a. Composição Contábil

	Custo	Amortização	2025 Líquido	2024 Líquido
Marcas e Patentes	10.109	-	10.109	8.591
Softwares	5.130	(5.130)	-	-
	15.239	(5.130)	10.109	8.591

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico, através do custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Softwares	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Intangível

	2023	Adições	Ajuste	2024	Adições	2025
Custo						
Marcas e Patentes	7.179	1.412	-	8.591	1.518	10.109
Softwares	5.130	-	-	5.130	-	5.130
	12.309	1.412	-	13.721	1.518	15.239
Amortização						
Marcas e Patentes (i)	(6.561)	(741)	7.302	-	-	-
Softwares	(5.130)	-	-	(5.130)	-	(5.130)
	(11.691)	(741)	7.302	(5.130)	-	(5.130)
Intangível, líquido	618	671	7.302	8.591	1.518	10.109

Em 2024 a Companhia efetuou a reversão dos valores amortizados indevidamente, com o correspondente ajuste na conta de Amortização de Marcas e Patentes.

As adições são decorrentes de gastos com serviços de acompanhamento de registro de marca Gaspisa.

10. Fornecedores

	2025	2024
Fortes Tecnologia em Sistemas LTDA	-	1.669
Posto Uchoa Maxxi LTDA	-	-
Contalger Assessoria Contábil e Gerencial Ltd	4.000	4.000
Monte e Lima Assessoria Contábil LTDA	5.000	-
	9.000	5.669

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de contrato e mercado no momento das negociações de compras, os pagamentos são liquidados em até 30 (trinta) dias.

11. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	2025	2024
IRRF a Recolher (i)	10.493	-
FGTS a Recolher	3.389	-
INSS a Recolher	10.659	1.184
Outros	204	181
	24.745	1.365

(i) Referem-se aos valores retidos da Remuneração de Dirigentes, Conselheiros e Assessoras. Os valores são calculados conforme o princípio da competência e as legislações vigentes.

A Gaspisa não possui funcionários a partir do mês de agosto de 2024. A partir desta data a Companhia passa a ter o Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico e Comercial.

12. Partes Relacionadas

	2025	2024
Reembolso do DAF - Termogás	632.687	285.976
Reembolso do DTC - Petrobras	-	4.320
Outros	747	34
	633.434	290.330

Refere-se a obrigações a pagar com partes relacionadas, decorrentes do reembolso de remuneração (honorários e encargos sociais) do Diretor Técnico e Comercial (DTC) e do Diretor Administrativo e Financeiro (DAF), cedido pela Termogás S.A. Os presentes valores referem-se aos meses cujo saldo ainda não foram liquidados financeiramente.

a. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a remuneração total (salários e encargos sociais) dos conselheiros e diretores da Companhia foi de R\$ 739.458 e de R\$ 487.984 respectivamente.

13. Contingências

A Companhia não constituiu provisão para contingências no período atual, uma vez que não foram identificados passivos ou obrigações potenciais que atendam aos critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. De acordo com as normas vigentes, uma provisão deve ser reconhecida quando:

- Existe uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado;
- É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- O valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

Após análise criteriosa, a entidade concluiu pela inexistência de provisões para perdas prováveis. Da mesma forma, a administração não identificou passivos contingentes (perdas possíveis) nem ativos contingentes que demandem divulgação.

14. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

Em 17 de junho de 2024, foi registrada a 46ª Ata de AGE, aprovando a subscrição de R\$ 7.747.326 ao Capital Social da GASPISA. Com esse aumento, o capital social subscrito da empresa passou de R\$ 12.252.674,00 para R\$ 20.000.000.

Desse montante, R\$ 3.997.326 foram integralizados por meio dos aportes já realizados pelos acionistas até 30 de setembro de 2023. Com a subscrição de 1.161.912 novas ações, o número total de ações da companhia aumentou de 2.907.468 para 4.069.380 ações.

O desdobramento do valor unitário das ações de 3,44 para 1 real cada foi aprovado na 46ª Ata de AGE. A Companhia possuía 4.069.380 ações e após o desdobramento passa a ter 14.000.000 de ações distribuídas proporcionalmente a participação de cada Sócio. Desse modo, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 14.000.000 e estão representadas por 14.000.000 ações ordinárias e preferenciais, com valor nominal de 1,00 cada.

No exercício de 2025, não ocorreram novas alterações no capital social, não havendo registros de subscrição, integralização adicional ou outras movimentações no patrimônio líquido, permanecendo os saldos inalterados em relação ao exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação	Capital Integralizado	Capital Subscrito
Estado do Piauí	1.240.347	413.449	1.653.796	40,64%	5.689.600	8.177.998
Termogás S.A.	794.343	1.621.241	2.415.584	59,36%	8.310.400	11.872.002
Total	2.034.690	2.034.690	4.069.380	100%	14.000.000	20.000.000

b. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionistas	2023	AFAC	Integralização	2024	AFAC	2025
Termogás S.A	2.716.017	949.760	(2.372.813)	1.292.964	415.520	1.708.484
Governo do Estado do Piauí	1.859.483	487.680	(1.624.513)	722.650	284.480	1.007.130
	4.575.500	1.437.440	(3.997.326)	2.015.614	700.000	2.715.614

Os valores relativos a AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para o ano de 2025 foram de R\$ 284.480 para o acionista Governo do Estado do Piauí e de R\$ 415.520 para o acionista Termogás S/A.

15. Despesas Gerais e Administrativas

	2025	2024
Despesa com Pessoal (i)	810.146	745.647
Serviços Profissionais	75.000	108.737
Telefones e Energia	421	415
Aluguéis e Condomínios	17.064	16.169
Depreciação e Amortização	3.565	4.774
Locação de Veículos	-	27.600
Combustíveis/Lubrificantes	-	19.134
Diárias	-	85.440
Manutenção e Conservação	-	45.315
Softwares	-	20.843
Passagens e Hospedagem	-	26.936
Material de Expediente	-	9.880
Outras Despesas	34.397	18.406
	940.593	1.129.296

A GASPIISA realiza o pagamento direto dos honorários do Diretor-Presidente. O Sócio TERMOGÁS S.A. é reembolsado mensalmente, referente a honorários e encargos sociais, relativos ao pagamento do Diretor Técnico e Comercial (DTC) e do Diretor Administrativo e Financeiro (DAF). Previsto, ainda, o pagamento de 1/3 de Férias e Gratificação Natalina para o Diretor-Presidente e o reembolso dos mesmos valores ao Sócio TERMOGÁS S.A. . A Companhia faz o pagamento direto dos honorários referentes aos 08 Conselheiros, sendo 05 membros do Conselho de Administração e 03 membros do Conselho Fiscal, no valor de R\$ 600 cada.

16. Resultado Financeiro Líquido

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicações Financeiras	32.529	16.056
Juros Ativos	1.811	-
Outras Receitas Financeiras	-	77
	34.340	16.133
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(2.716)	(4.664)
Despesas Bancárias	(1.882)	(1.978)
IOF	(53)	(119)
Multas Moratórias	(7.648)	(1.278)
	(12.299)	(8.039)
Resultado Financeiro Líquido	22.041	8.094

17. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e outras obrigações. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Fornecedores e Outras Obrigações: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições.

a. Risco de crédito

A Companhia não possui risco de concentração e de crédito dos clientes, em função de encontrar-se em fase inicial de suas operações.

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

c. Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de flutuação da taxa de juros em suas aplicações financeiras indexadas ao CDI.

d. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital são oferecer retorno aos seus quotistas e garantir uma estrutura de capital adequada.

e. Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

f. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada a seguir e não há instrumentos financeiros classificados em outras categorias além dos informados:

- Os passivos financeiros não derivativos são demonstrados como passivos pelo custo amortizado, sejam eles; fornecedores e outras obrigações.
- Os ativos não derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, sejam eles: aplicações financeiras de curto prazo.

g. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão evidenciados no quadro abaixo:

	Nível	2025 Valor Contábil	2025 Valor Justo	2024 Valor contábil	2024 Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	568.559	568.559	457.778	457.778
		568.559	568.559	457.778	457.778
Passivos					
Fornecedores	1	9.000	9.000	5.669	5.669
Partes Relacionadas	1	633.434	633.434	290.330	290.330
		642.434	642.434	295.999	295.999

h. Instrumentos financeiros por categoria

		2025	
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	568.559	-	-
	568.559	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	-	9.000
Outras Obrigações	-	-	633.434
	-	-	642.634
	568.559	-	642.634
2024			
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	457.778	-	-
	457.778	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	-	5.669
Outras Obrigações	-	-	290.330
	-	-	295.999
	457.778	-	295.999

18. Eventos Subsequentes

Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Contábeis

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Empresa e investidas.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos Potenciais nas Demonstrações Financeiras e Operações Futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de Preços e Margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Empresa e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de Caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Empresa e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e Processos Internos:** A Empresa e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e Acordos Comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de Créditos Tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Empresa e investidas e, consequentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Empresa e investidas está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio e produto/serviço da Empresa e investidas.
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas.

Conclusão:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa uma mudança estrutural no sistema tributário brasileiro a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Empresa está comprometida em garantir uma transição suave e em mitigar quaisquer impactos adversos, aproveitando as oportunidades que possam surgir com a nova legislação. Quaisquer desenvolvimentos significativos ou estimativas mais precisas dos impactos serão divulgadas em notas explicativas futuras, conforme a evolução da regulamentação e a análise interna da Empresa.

* . * . * . *

Assinado por:

 37675333209147C...

Diretor Presidente
 Paulo Roberto Cardoso de Sousa
 CPF: 819.764.533-72

DocuSigned by:

 233D7715D1504E8...

Diretor Comercial
 Fábio Moreira Amorim
 CPF: 447.025.233-68

DocuSigned by:

 233D7715D1504E8...

Diretor Administrativo Financeiro
 Fábio Moreira Amorim
 CPF: 447.025.233-68

Assinado por:

 700ED7761728435...

Contador
 Carlos Romão Silva dos Remédios
 CPF: 760.890.963-34
 CRC-PI 6332/O-PI